

Figueira Indústria
e Comércio S.A. –
Em recuperação
judicial

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da
FIGUEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. – Em recuperação judicial

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Figueira Indústria e Comércio S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Figueira Indústria e Comércio S.A. – Em recuperação judicial, em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante quanto a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomu Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Figueira Indústria e Comércio S.A. - Em recuperação judicial

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	18.100	111.612	Fornecedores	18	103.766	60.667
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	22.658	2.063	Arrendamentos	17	-	36.211
Estoques e adiantamento a fornecedores	10	149.101	63.583	Adiantamento de clientes		198.283	1.719
Ativos biológicos	11	41.436	39.402	Impostos e contribuições a recolher	19	182.937	255.197
Impostos a recuperar	12	11.207	1.090	Impostos parcelados	20	50.707	27.561
Despesas antecipadas		424	408	Salários e encargos sociais	21	35.889	157.388
Outros créditos	13	111	143	Partes relacionadas	14	381	111.644
				Credores Recuperação Judicial	33	10.784	10.025
				Outras obrigações	23	274	76
Total do ativo circulante		<u>243.037</u>	<u>218.301</u>	Total do passivo circulante		<u>583.021</u>	<u>660.488</u>
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	-	32	Fornecedores	18	9.000	19.285
Estoques e adiantamento a fornecedores	10	17.384	17.384	Arrendamentos	17	-	113.578
Partes relacionadas	14	219.030	142.393	Impostos parcelados	20	138.683	69.564
Depósitos judiciais		2.615	2.173	Provisão para processos judiciais	22	2.577	37.929
Impostos a recuperar	12	876	1.657	Passivo fiscal diferido	24	2.027	-
Ativo fiscal diferido	24	-	3.283	Provisões para perdas em investimentos	15	-	6.093
Outros créditos	13	31.039	31.876	Credores Recuperação Judicial	33	123.047	124.599
Total do realizável a longo prazo		<u>270.944</u>	<u>198.798</u>	Partes relacionadas	14	130.661	148.620
				Outras obrigações	23	2.941	757
Investimentos	15	104.046	104.521	Total do passivo não circulante		<u>408.936</u>	<u>520.425</u>
Outros investimentos		2	2				
Imobilizado	16	231.096	253.962	Patrimônio líquido	25		
Intangível		179	197	Capital social		51.931	51.931
Propriedade para investimentos	18	-	-	Ajustes de avaliação patrimonial		4.774	5.755
Total do ativo não circulante		<u>606.267</u>	<u>689.288</u>	Prejuízos acumulados		(199.358)	(331.010)
				Total do patrimônio líquido		<u>(142.653)</u>	<u>(273.324)</u>
Total do ativo		<u>849.304</u>	<u>907.589</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>849.304</u>	<u>907.589</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Figueira Indústria e Comércio S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	27	636.283	655.087
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	12.308	1.087
Custo dos produtos vendidos	28	<u>(479.748)</u>	<u>(527.779)</u>
Lucro bruto		<u>168.843</u>	<u>128.395</u>
Despesas com vendas	28	(70.660)	(28.703)
Administrativas e gerais	28	(18.355)	(91.198)
Outras (despesas) receitas operacionais	29	<u>61.924</u>	<u>7.282</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>141.752</u>	<u>15.776</u>
Receitas financeiras		43.915	413
Despesas financeiras		(56.364)	4.702
Variação cambial líquida		<u>5.000</u>	<u>1.402</u>
Financeiras líquidas	30	<u>(7.449)</u>	<u>6.517</u>
Resultado da equivalência patrimonial	15	<u>5.618</u>	<u>2.244</u>
Resultado antes dos impostos		<u>139.921</u>	<u>24.537</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(3.940)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	<u>(5.310)</u>	<u>(3.531)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>130.671</u></u>	<u><u>21.006</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Figueira Indústria e Comércio S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	130.671	21.006
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>130.671</u></u>	<u><u>21.006</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Figueira Indústria e Comércio S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020		51.931	8.215	(354.476)	(294.330)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	25.c	-	(2.460)	2.460	-
Lucro líquido do exercício		-	-	21.006	21.006
Saldos em 31 de março de 2021		51.931	5.755	(331.010)	(273.324)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	25.c	-	(981)	981	-
Lucro líquido do exercício		-	-	130.671	130.671
Saldos em 31 de março de 2022		51.931	4.774	(199.358)	(142.653)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Figueira Indústria e Comércio S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		130.671	21.006
Ajustado para:			
Depreciação do imobilizado	16	65.540	57.661
Amortização do ativo biológico	11	52.481	34.703
Amortização do direito de uso	17	48.268	45.664
Amortização do intangível		18	21
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	(12.308)	(1.087)
Valor residual de ativo imobilizado baixado/vendido		22.338	63.733
Resultado de equivalência patrimonial	15	(5.618)	(2.244)
Resultado de variação cambial líquida	30	(5.000)	(1.403)
Juros e variação monetária sobre recuperação judicial	33	15.435	9.959
Provisão perdas esperadas de crédito		-	(3)
Provisão para demandas judiciais	28	(35.270)	1.157
Juros sobre arrendamentos	17	25.497	21.483
Ganhos sobre renegociação de dívida - recuperação judicial		-	(62.711)
Benefício decorrentes de parcelamentos		(96.164)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	24	9.250	3.531
		<u>215.138</u>	<u>191.470</u>
Varição nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(21.345)	529
Impostos a recuperar		(9.336)	(963)
Estoques e adiantamento a fornecedores		(85.518)	22.479
Despesas antecipadas		(16)	(36)
Depósitos judiciais e outros créditos		427	(243)
Partes relacionadas		(205.859)	(42.127)
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores		31.727	3.808
Salários e encargos sociais		(121.499)	16.475
Impostos e contribuições a recolher		19.964	95.440
Adiantamento de clientes		196.564	1.513
Impostos parcelados		92.265	29.002
Credores recuperação judicial		-	3.636
Outras obrigações		2.952	(7)
Demandas judiciais		(82)	(1.083)
Juros pagos - arrendamento	17	(25.720)	(21.516)
Juros pagos - recuperação judicial	33	(889)	-
		<u>88.773</u>	<u>298.377</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	16	(84.057)	(101.033)
Ativo biológico	11	(42.207)	(52.482)
		<u>(126.264)</u>	<u>(153.515)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	17	(45.894)	(33.438)
Amortização de credores recuperação judicial		(10.127)	(10.941)
		<u>(56.021)</u>	<u>(44.379)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(93.512)</u>	<u>100.483</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa			
No início do período		111.612	11.129
No fim do período		18.100	111.612
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(93.512)</u>	<u>100.483</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Figueira Indústria e Comércio S.A. – Em recuperação judicial

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e sua comercialização no país e no exterior.

A partir de 1 de julho de 2014, com a aquisição da totalidade das lavouras de cana-de-açúcar do Grupo Aralco, a Companhia Figueira passou sua atividade para agroindústria.

Em 20 de julho de 2015, a Companhia aportou os ativos na Nova Aralco S.A. Indústria e Comércio, passando, assim, a ser detentora de 31% de participação societária da investida.

Em 31 de maio de 2016, a Figueira Indústria e Comércio S.A. obteve cessão de uso (comodato) dos parques industriais da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A., dando continuidade às operações de sua matriz e também das filiais Figueira-Generalco e Figueira-Alcoazul, que atualmente produzem e comercializam açúcar, etanol e outros produtos afins para o país e o exterior.

A crise econômico-financeira do Grupo Aralco (englobando a Figueira Indústria e Comércio S.A.) e o conseqüente ajuizamento do pedido de recuperação judicial em 28 de fevereiro de 2014 decorreram: (i) da queda dos preços de açúcar e etanol nos últimos anos, consequência de um ciclo excessivo de oferta; (ii) da desvalorização cambial do real, a qual afetou o endividamento do Grupo Aralco de forma substancial; (iii) da baixa produtividade agrícola vivenciada pelo Grupo Aralco, devido ao baixo investimento agrícola nas últimas safras; e (iv) da estiagem que afetou as regiões produtoras de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil nas últimas safras.

O Plano de Recuperação Judicial prevê o alongamento do prazo para pagamento dos Credores Trabalhistas, dos Credores com Garantia Real e de parte dos Créditos dos Credores Quirografários, sem a incidência de deságio no valor de face dos Créditos; e a possibilidade de conversão de outra parte dos Créditos Quirografários acompanhados de Bônus de Subscrição, a serem emitidos pela Nova Aralco, que é a empresa detentora de todos os bens do Grupo Aralco. Este Plano, portanto, prevê a possibilidade de diluição dos atuais Acionistas, que, nessa hipótese, autorizaram os bônus de subscrição, para que os Credores Quirografários possam optar pela capitalização de seus créditos.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 339.984 mil (R\$ 442.187 mil em 31 de março de 2021), e o patrimônio líquido estava negativo no montante de R\$ 142.653 (R\$ 273.324 em 31 de março de 2021).

Diante deste cenário, o Grupo elaborou um plano alternativo visando à continuidade operacional dos negócios. Em 4 de junho de 2019, em assembleia geral de credores, o Grupo aprovou o Novo Plano de Recuperação Judicial, que foi homologado em 11 de julho de 2019, conforme nota explicativa nº 33 – Credores recuperação judicial. O Grupo está honrando em sua totalidade os

compromissos assumidos junto aos credores decorrentes do processo de recuperação judicial. Na safra do período de 2022/23, o Grupo está focado na comercialização de açúcar em virtude dos preços atuais desta *commodity*, e, atualmente, estão sendo fixados preços satisfatórios dentro da média de mercado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Aralco de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é apresentado separadamente, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas da Aralco S.A. - Indústria e Comércio Em recuperação judicial refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo econômico Aralco. A apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas na controladora Aralco S.A. - Indústria e Comércio Em recuperação judicial atendem aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de agosto de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa nº 31 – Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 9 – Perdas de crédito esperadas (contas a receber de clientes e outras contas a receber);

Nota explicativa nº 11 – Ativo biológico;

Nota explicativa nº 16 – Vida útil do ativo imobilizado e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Nota explicativa nº 17 – Reconhecimento de direito de uso e passivo de arrendamento com base em dados observáveis de mercado;

Nota explicativa nº 22 – Provisão para processos judiciais; e

Nota explicativa nº 24 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Mensuração sobre o valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11 – Ativos biológicos; e

Nota explicativa nº 31 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

b. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são

reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo.

e. Estoques

Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, nos quais os estoques são avaliados.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Vida útil estimada - em anos

Edifícios e construções	29
Móveis e utensílios	10
Veículos e implementos rodoviários	10
Máquinas e implementos agrícolas	14
Máquinas, equipamentos e instalações	14
Computadores e periféricos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

h. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e, neste caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (o que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre esse ativo.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. *Redução do valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluem:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de

valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa – UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Receita operacional

Venda de produtos

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Vendas de açúcar no mercado externo

As vendas de açúcar no mercado externo são realizadas utilizando a *incoterm FOB – Free on Board*, que é quando o vendedor tem a responsabilidade de entregar a mercadoria até o navio indicado pelo comprador, assumindo assim os riscos e custos até o navio.

A receita proveniente desta venda é reconhecida pela Companhia no momento da entrega da mercadoria no navio indicado pelo comprador, que é o momento da transferência de propriedade.

Venda de etanol no mercado interno

A Companhia realiza vendas de etanol no mercado interno utilizando a *incoterm EXW – Ex Works*, que é quando o comprador retira a mercadoria nas dependências do vendedor. Assim, o vendedor não assume os riscos e custos relativos ao transporte.

O reconhecimento das receitas é realizado no momento da emissão da nota fiscal de venda, que é o do carregamento e da saída do caminhão nas dependências da Companhia, momento de transferência de propriedade para o comprador.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Receita de juros;

Despesa de juros;

Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação nesse contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento, e contabiliza como um único componente os de arrendamento e não arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo deste refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal, e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é de curto prazo, que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, o subarrendamento é classificado como operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

(iii) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Para uma série de políticas contábeis e divulgações, a Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022 (no caso da Companhia, em 1º de abril de 2022). A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado.

b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período

comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Circulante		
Caixa e depósitos bancários	7.495	31.502
Aplicações financeiras	10.605	80.110
	18.100	111.612
	18.100	111.612

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos para uso imediato. Os saldos derivam do curso normal das operações da Companhia. A exposição da Companhia a riscos de crédito e análise de sensibilidade de juros estão apresentadas na nota explicativa nº 31.

9 Contas a receber de clientes e outras contas a receber

	2022	2021
Contas a receber – mercado interno	22.639	2.063
Contas a receber – partes relacionadas (Nota nº 14)	-	32
Outras contas a receber	19	-
	22.658	2.095
	22.658	2.095
Ativo circulante	22.658	2.063
Ativo não circulante	-	32

A exposição da Companhia a risco de crédito está apresentada na nota explicativa nº 31.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

A Companhia possui registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, como segue:

Saldo em 31 de março de 2020	134
Provisões constituídas	3
Provisões utilizadas	-
Provisões revertidas	-
	-
Saldo em 31 de março de 2021	137
Provisões constituídas	-
Provisões utilizadas	(137)
Provisões revertidas	-
	-
Saldo em 31 de março de 2022	-

10 Estoques e adiantamento a fornecedores

	2022	2021
Circulante		
Produtos acabados:		
Etanol	43.318	6.274
Açúcar cristal	1.970	-
Materiais secundários e outros:		
Insumos, materiais auxiliares de manutenção e outros	706	3.854
Mercadoria para revenda	34.537	-
Adiantamentos:		
Compras de cana-de-açúcar	60.592	49.516
Compras de insumos	7.978	3.939
	149.101	63.583
Não circulante		
Adiantamentos – Compras de cana-de-açúcar	17.384	17.384
	166.485	80.967

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de realização.

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria.

11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico, atendendo, assim, aos dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, e os seus ativos biológicos (“cana-de-açúcar”) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

a. Cana-de-açúcar

(i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos

Com base no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo, em que a lavoura de cana-de-açúcar é valorizada por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar.

(ii) Apresentação

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

Saldo em 31 de março de 2020	20.536
Adições com tratos de cana	52.482
Absorção dos custos de cana colheita	(34.703)
Variação no valor justo (Nota 28)	1.087
Saldo em 31 de março de 2021	39.402
Adições com tratos de cana	42.207
Absorção dos custos de cana colheita	(52.481)
Variação no valor justo (Nota 28)	12.308
Saldo em 31 de março de 2022	41.436

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

O preço estimado do ATR fosse maior (menor);

A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e

A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Soqueiras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	2022	2021
Áreas replantadas (hectares)	4.861,17	5.921,98
Custo do replantio (R\$/hectares)	10.403,01	6.861,55

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2022	2021
Área estimada de colheita (hectares)	32.094	30.122
Produtividade prevista (toneladas de cana / hectare)	58,67	57,61
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t)	135,70	144,72
Valor do kg de ATR - R\$	1,1792	0,7783
WACC	12,72%	7,27%

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2022/2023.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão destes riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

12 Impostos a recuperar

	2022	2021
ICMS		
ICMS sobre ativo imobilizado (i)	1.358	1.867
	1.358	1.867
IRRF a compensar	123	36
COFINS (ii)	8.231	122
PIS	1.758	-
IPI	538	571
Outros	75	151
	10.725	880
	12.083	2.747
Ativo circulante	11.207	1.090
Ativo não circulante	876	1.657

ICMS

- (i) Refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado que podem ser utilizados à razão de 1/48 avos.
- (ii) Refere-se a créditos das operações agrícolas centralizadas nesta Companhia neste exercício. Serão realizados (compensados) com as vendas de etanol.

13 Outros créditos

	2022	2021
Circulante:		
Adiantamentos a empregados	111	143
Não circulante:		
Precatórios (i)	31.039	31.876
	31.150	32.019

- (i) O saldo refere-se a precatórios estaduais adquiridos para compensação de impostos.

14 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 353 (R\$ 347 em 31 de março de 2021). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras contas a receber e outras contas a pagar

Os principais saldos em 31 de março de 2022 e 2021 referem-se basicamente a:

Figueira Indústria e Comércio S.A.
- Em recuperação judicial
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2022

	2022	2021
Ativo não circulante		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	-	33.171
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	18.266	-
Alcoazul S.A. – Açúcar e Álcool	134.101	107.611
AR Transportes Ltda.	13	13
Destilaria Generalco S.A.	66.650	1.598
	219.030	142.393
	219.030	142.393
Passivo circulante		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	381	229
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	-	111.415
	381	111.644
	381	111.644
Passivo não circulante		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	128.639	144.211
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	-	3.508
Aracanguá Sociedade de Participações Ltda.	2.022	901
	130.661	148.620
	130.661	148.620

Referem-se à conta corrente, cujo objetivo é transacionar um caixa único, visto que as empresas aportaram seus ativos nas demais empresas do Grupo em decorrência da condição do plano de Recuperação Judicial.

Contas a receber (Nota explicativa nº 9)

Os principais saldos de contas a receber em 31 de março referem-se basicamente a:

	2022	2021
Contas a receber (não circulante) – Nota 9		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	-	7
Alcoazul S.A – Açúcar e Álcool	-	3
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	-	22
	-	32
	-	32

Em 31 de março de 2022 e 2021, as principais transações com partes relacionadas que impactaram no resultado foram:

	2022	2021
Receitas		
Venda de açúcar para revenda		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	98.535	55.257
	98.535	55.257
	98.535	55.257
Despesas		
Compra de óleo diesel		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	42.872	24.684
Aluguéis e arrendamentos		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	40.972	14.832
	83.844	39.516
	83.844	39.516

15 Investimentos

	2022	2021
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Destilaria Generalco S.A.	316	-
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	103.730	104.521
	<u>104.046</u>	<u>104.521</u>

	2022	2021
Provisões para perdas em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Destilaria Generalco S.A.	<u>-</u>	<u>(6.093)</u>
Ativo não circulante – Investimentos	104.046	104.521
Passivo não circulante – Provisão para perda de investimentos	-	(6.093)

A Companhia registrou um ganho, no exercício findo em 31 de março de 2022, de R\$ 5.618 (perda de R\$ 2.244 em 31 de março de 2021) de equivalência patrimonial de empresas do Grupo.

Nenhuma das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores.

Figueira Indústria e Comércio S.A.
- Em recuperação judicial
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2022

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas do Grupo:

	Participação - %	Quantidade de ações / quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Investimento (Provisão para perda de investimento)	Equivalência patrimonial
Em 31 de março de 2022														
Destilaria Generalco S.A.	14,02	315.510.750	63.601	557.628	621.229	163.577	455.399	618.976	2.253	112.394	(66.693)	45.701	316	6.409
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	777	444.121	444.898	1.433	107.238	108.671	336.227	146	(2.709)	(2.563)	103.730	<u>(791)</u>
														<u>5.618</u>
Em 31 de março de 2021														
Destilaria Generalco S.A.	14,02	315.510.750	1.519	164.854	166.373	88.645	121.177	209.822	(43.449)	25.647	(973)	24.674	(6.093)	3.460
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	644	373.548	374.192	1.627	33.774	35.401	338.791	-	(3.942)	(3.942)	104.521	<u>(1.216)</u>
														<u>2.244</u>

16 Imobilizado

Custo	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos e implementos rodoviários	Máquinas, equipamentos e instalações (*)	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Saldo em 31 de março de 2020	3.782	157	15.826	84.305	3.613	10.203	20	242.290	360.196
Adições	-	112	382	42.787	283	57.469	-	-	101.033
Baixas	-	(7)	(244)	(63.618)	-	-	-	-	(63.869)
Transferências	-	-	-	-	-	(40.769)	-	40.769	-
Saldo em 31 de março de 2021	<u>3.782</u>	<u>262</u>	<u>15.964</u>	<u>63.474</u>	<u>3.896</u>	<u>26.903</u>	<u>20</u>	<u>283.059</u>	<u>397.360</u>
Adições	-	24	153	25.963	243	58.761	-	-	85.144
Baixas	-	(2)	(320)	(40.677)	-	(1.701)	-	-	(42.700)
Transferências	183	-	-	24.670	-	(75.424)	-	50.571	-
Saldo em 31 de março de 2022	<u>3.965</u>	<u>284</u>	<u>15.797</u>	<u>73.430</u>	<u>4.139</u>	<u>8.539</u>	<u>20</u>	<u>333.630</u>	<u>439.804</u>
Depreciação									
Saldo em 31 de março de 2020	(309)	(24)	(9.505)	(5.228)	(1.490)	-	-	(69.317)	(85.873)
Depreciação do exercício	(151)	(22)	(2.691)	(2.513)	(712)	-	-	(51.572)	(57.661)
Baixas	-	-	52	84	-	-	-	-	136
Saldo em 31 de março de 2021	<u>(460)</u>	<u>(46)</u>	<u>(12.144)</u>	<u>(7.657)</u>	<u>(2.202)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(120.889)</u>	<u>(143.398)</u>
Depreciação do exercício	(158)	(28)	(1.660)	(4.980)	(722)	-	-	(57.992)	(65.540)
Baixas	-	-	105	125	-	-	-	-	230
Saldo em 31 de março de 2022	<u>(618)</u>	<u>(74)</u>	<u>(13.699)</u>	<u>(12.512)</u>	<u>(2.924)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(178.881)</u>	<u>(208.708)</u>
Valor líquido contábil									
Em 31 de março de 2022	3.347	210	2.098	60.918	1.215	8.539	20	154.749	231.096
Em 31 de março de 2021	3.322	216	3.820	55.817	1.694	26.903	20	162.170	253.962

(*) Os gastos com manutenção de entressafra são aqueles incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

17 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1 de abril de 2019, *vide* Nota Explicativa 6 – Principais políticas contábeis, rubrica m. Arrendamentos.

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos de direito de uso:

	Direito de uso de terras
Saldo em 31 de março de 2020	133.892
Adições de contratos	20.853
Remensuração dos contratos	22.727
Depreciação	<u>(45.664)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	131.808
Adições de contratos	52.390
Remensuração dos contratos	85.025
Bens baixados (i)	(220.955)
Depreciação	<u>(48.268)</u>
Saldo em 31 de março de 2022	<u>-</u>

A seguir estão demonstradas as movimentações dos passivos de arrendamento:

	Parcerias e arrendamentos agrícolas
Saldo em 31 de março de 2020	139.680
Adições de contratos	34.269
Remensuração dos contratos	29.506
Pagamentos	(33.438)
Juros pagos	(21.516)
Remensuração dos juros	(20.195)
Apropriação de Juros	<u>21.483</u>
Saldo em 31 de março de 2021	149.789
Adições de contratos	52.390
Remensuração dos contratos	57.272
Pagamentos	(45.894)
Juros pagos	(25.720)
Remensuração dos juros	27.753
Baixa (i)	(241.087)
Apropriação de Juros	<u>25.497</u>
Saldo em 31 de março de 2022	<u>-</u>
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	-

- (i) Parte das baixas do exercício ocorreram devido a transferência dos contratos para a Destilaria Generalco S.A., empresa do Grupo Aralco.

18 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de cana	53.880	28.139
Fornecedores de bens e serviços	<u>58.886</u>	<u>51.813</u>
	<u>112.766</u>	<u>79.952</u>
Passivo circulante	103.766	60.667
Passivo não circulante	9.000	19.285

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 31.

19 Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
ICMS	76.069	82.878
IRPJ e CSLL	3.940	3.789
IRRF	5.190	7.086
COFINS	20.846	31.074
PIS	4.541	5.965
FUNRURAL	70.936	119.337
ISSQN	1.228	1.168
Outros	<u>187</u>	<u>3.900</u>
	<u>182.937</u>	<u>255.197</u>

Conforme parcelamento (vide nota explicativa 20), houve redução de débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia, conforme Portaria PGFN 2.381/2021.

20 Impostos parcelados

	2022	2021
Receita Estadual (ICMS) (i)	77.655	97.125
INSS (ii)	98.122	-
Parcelamentos Excepcional - PGFN	<u>13.613</u>	<u>-</u>
	<u>189.390</u>	<u>97.125</u>
Passivo circulante	50.707	27.561
Passivo não circulante	138.683	69.564

- (ii) Em 19 de março de 2013, as Autoridades Fiscais do Estado de São Paulo aceitaram nosso requerimento de inclusão no Programa Especial de Parcelamento – PEP com o objetivo de pagar ICMS no Estado de São Paulo em 120 parcelas com 50% de redução de multas e 40% de redução de juros. O montante total do programa foi de R\$ 182,9 milhões.

- (ii) O Grupo parcelou débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Portaria PGFN 2.381/2021).

21 Salários e encargos sociais

	2022	2021
FGTS a recolher	4.229	4.903
INSS a recolher (i)	26.113	139.551
Pró-labore a pagar	17	22
Salários e encargos a pagar	3.235	3.924
Provisão para 13º salário e férias	1.656	8.053
Encargos sobre provisões	639	935
	<u>35.889</u>	<u>157.388</u>

- (i) Conforme parcelamento, houve redução de débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia, conforme Portaria PGFN 2.381/2021.

22 Provisões para demandas judiciais

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de março de 2020	25.332	9.947	2.576	37.855
Provisões constituídas	-	1.157	-	1.157
Provisões utilizadas	-	(1.083)	-	(1.083)
Saldo em 31 de março de 2021	<u>25.332</u>	<u>10.021</u>	<u>2.576</u>	<u>37.929</u>
Provisões constituídas	-	155	-	155
Provisões utilizadas	(25.332)	(206)	-	(25.538)
Provisões revertidas	-	(9.969)	-	(9.969)
Saldo em 31 de março de 2022	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>2.576</u>	<u>2.577</u>

Para as provisões apresentadas acima, existem depósitos judiciais que compõem o montante de R\$ 2.615 (R\$ 2.173 em 31 de março de 2021).

Em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Grupo, foi pedida a Recuperação Judicial nº 1001985-03.2014.8.26.0032 em 28 de fevereiro de 2014.

Vários compromissos deixaram de ser honrados, motivando ao ajuizamento de diversas medidas judiciais contra as empresas que compõem o grupo econômico, ocorrendo o surgimento de várias ações cíveis e judiciais.

Alguns parcelamentos de impostos não puderam ser cumpridos, aumentando o valor das contingências tributárias.

Ante as dificuldades econômicas, o Grupo promoveu uma significativa redução no quadro de funcionários, aumentando o número de reclamações trabalhistas.

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Empresa não possui litígios decorrentes de ações trabalhistas, fiscais ou cíveis com probabilidade de perda considerada possível.

23 Outras obrigações

	2022	2021
Mensalidades sindicais	19	21
Seguros	-	27
Honorários advocatícios sobre acordos	2.454	-
Reclamações trabalhistas	728	757
Outros	14	28
	<u>3.215</u>	<u>833</u>
Passivo circulante	274	76
Passivo não circulante	2.941	757

24 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Natureza dos tributos diferidos

Em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

	Saldo em 2020	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2021	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(4)	2	(2)	-
Provisões para demandas judiciais e outras	621	63	684	185	869
Ativo biológico	5.459	(5.256)	203	(225)	(22)
Direito de uso (Efeito IFRS 16)	4.959	399	5.358	(5.773)	(415)
Imobilizado líquido – Custo atribuído	(4.231)	1.267	(2.964)	505	(2.459)
	<u>6.814</u>	<u>(3.531)</u>	<u>3.283</u>	<u>(5.310)</u>	<u>(2.027)</u>

A Companhia possui R\$ 189.805 de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos em função da perspectiva de não realização dos referidos créditos.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	139.921	24.537
(-/+) Resultado da equivalência patrimonial	<u>(5.618)</u>	<u>(2.244)</u>
	134.303	22.293
Alíquota fiscal combinada – base de até 240 mil	24%	24%
Alíquota fiscal combinada – base acima de 240 mil	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(45.663)	(7.580)
<i>Ajustes para a apuração da alíquota efetiva:</i>		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(19.971)	(13.321)
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa	<u>56.384</u>	<u>17.370</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(9.250)</u>	<u>(3.531)</u>
Alíquota efetiva	-7%	-14%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.940)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.310)	(3.531)

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 5.193.112.348 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de março de 2021), sem valor nominal, totalmente integralizado.

b. Ajustes de avaliação patrimonial

São compostos pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado pela Companhia em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, efeitos estes deduzidos do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

26 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital sólida com o objetivo de manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro dos negócios. A Administração monitora o retorno do capital, que a Companhia define como resultado das atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido.

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)	Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira (*)	Maior que 1

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0, isso indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Ativo circulante	243.037	218.301
Passivo circulante	<u>583.021</u>	<u>660.488</u>
Índice de liquidez	0,417	0,331
Resultado do exercício	130.671	21.006
Patrimônio líquido	<u>(142.653)</u>	<u>(273.324)</u>
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,916	0,077
Resultado do exercício	130.671	21.006
Ativo total	<u>849.304</u>	<u>907.589</u>
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,154	0,023
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	5,954	3,321

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Açúcar	351.275	222.590
Etanol	339.045	754.707
Bagaço de cana	3.946	5.514
Diesel	347	5
Outras vendas	<u>7.693</u>	<u>2.632</u>
Receita bruta	702.306	985.448
(-) Impostos sobre vendas	(61.958)	(97.263)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(4.065)</u>	<u>(233.098)</u>
	<u><u>636.283</u></u>	<u><u>655.087</u></u>

28 Despesas operacionais por natureza

	2022	2021
Despesas com pessoal	74.875	81.287
Depreciação e amortização	118.023	92.365
Matéria-prima e consumíveis	136.580	150.254
Gastos com manufatura e outras	161.102	214.634
Despesa com comercialização, fretes, transbordos e armazenagens	24.387	16.402
Serviços prestados	13.338	15.940
Despesas tributárias	2.255	29.426
Mudança do valor justo do ativo biológico	(12.308)	(1.087)
(Reversão) provisões para contingências	(35.270)	1.157
Multa Indedutível	16.167	102
Alugueis e Locações	44.774	10.081
Outras despesas (receitas) operacionais	12.532	36.032
	556.455	646.593
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Custo dos produtos vendidos	479.748	527.779
Mudança no valor justo do ativo biológico (Nota nº 11)	(12.308)	(1.087)
Despesas com vendas	70.660	28.703
Despesas administrativas e gerais	18.355	91.198
	556.455	646.593

29 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Valor residual do ativo imobilizado – baixado	(271)	(421)
Receita do imobilizado vendido	1.568	520
Recuperação (perda) de benefícios de impostos (i)	53.510	513
Indenizações de seguros e judiciais	1.957	227
Compromissos recuperação judicial	(264)	(1.094)
Renovabio	3.100	5.885
Bonificações e outros	2.324	1.652
	61.924	7.282

- (i) Conforme parcelamento (vide nota explicativa 20) houve redução de débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia, conforme Portaria PGFN 2.381/2021.

30 Financeiras líquidas

	2022	2021
Descontos obtidos	84	155
Juros sobre recebíveis	1.155	162
Desconto de juros – parcelamento tributos (i)	42.654	-
Variação monetária ativa	22	96
Descontos concedidos	(57)	(8)
Juros sobre obrigações	(25.282)	(21.634)
Juros sobre tributos	(15.759)	(26.558)
Juros sobre recuperação judicial	(14.262)	53.300
Variação monetária passiva	(1.004)	(399)
	(12.449)	5.114
Variação cambial líquida		
Credores recuperação judicial	5.782	5
Clientes	(782)	1.398
	5.000	1.403
	(7.449)	6.517

- (i) Conforme parcelamento (vide nota explicativa 20) houve redução de débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia, conforme Portaria PGFN 2.381/2021.

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seu nível de hierarquia do valor justo.

31 de março de 2022

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	10.605	-	-	10.605	-	10.605	-	10.605
Partes relacionadas	219.030	-	-	219.030	-	219.030	-	219.030
	<u>229.635</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>229.635</u>	<u>-</u>	<u>229.635</u>	<u>-</u>	<u>229.635</u>
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.495	-	7.495	-	-	-	-
Contas a receber e outras contas a receber	-	22.658	-	22.658	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>30.154</u>	<u>-</u>	<u>30.154</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Credores recuperação judicial	-	-	133.831	133.831	-	167.473	-	167.473
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133.831</u>	<u>133.831</u>	<u>-</u>	<u>167.473</u>	<u>-</u>	<u>167.473</u>
Passivo financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	112.766	112.766	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	3.215	3.215	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>115.981</u>	<u>115.981</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b. Gestão de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez;

Risco de mercado; e

Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

Os Acionistas e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

O Conselho estabeleceu Comitês, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre as suas atividades. São eles: Comitê Fiscal, de Auditoria, Financeiro, Produção e Recursos Humanos.

Os Comitês supervisionam como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura do gerenciamento em relação aos riscos enfrentados.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes às Contas a receber de clientes.

A administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 18.100 em 31 de março de 2022 (R\$ 111.612 em 31 de março de 2021).

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento deste risco é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda em vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais, em sua grande maioria o real (R\$).

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo

desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;

Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

Documentação de controles e procedimentos;

Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

Desenvolvimento de planos de contingência;

Treinamento e desenvolvimento profissional;

Padrões éticos e comerciais; e

Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises são discutidos entre o Comitê de Auditoria e a Alta Administração da Companhia.

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	18.100	111.612
Contas a receber de clientes	22.658	2.095
Partes relacionadas	219.030	142.393
Outros créditos	31.150	32.019

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Os vencimentos do contas a receber de clientes foram:

	2022	2021
A vencer	22.500	1.897
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	-	30
De 31 a 60 dias	-	87
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	3
Acima de 181 dias	158	219
	22.658	2.236
(-) Vendas para entrega futura	-	(4)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	-	(137)
	22.658	2.095

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2022					
	Valor contratual	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	18.100	18.100	18.100	-	-	-
Contas a receber de clientes	22.658	22.658	22.658	-	-	-
Passivos						
Fornecedores	112.766	112.766	103.766	9.000	-	-
Credores recuperação judicial	167.473	133.831	13.495	10.279	17.869	125.830
Outras contas a pagar	3.215	3.215	274	2.941	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

Risco cambial

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

	2022		2021	
	USD Mil	R\$	USD Mil	R\$
Credores recuperação judicial	885	4.194	4.271	24.331
Exposição líquida	885	4.194	4.271	24.331

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, para os demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para

apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do real no cenário provável.

Análise de sensibilidade – Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2022, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores, quando aplicável, e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Valor contábil	Provável	Alta – aumento das despesas		Baixa – redução das despesas	
			25%	50%	25%	50%
Passivos financeiros						
Credores recuperação judicial	4.194	<u>419</u>	<u>1.049</u>	<u>2.097</u>	<u>(1.049)</u>	<u>(2.097)</u>
Impacto no resultado		<u>419</u>	<u>1.049</u>	<u>2.097</u>	<u>(1.049)</u>	<u>(2.097)</u>

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas junto às fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas

	Exposição 2022	Risco	Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Credores recuperação judicial	<u>(61.937)</u>	Aumento CDI	6,45	<u>(3.995)</u>	8,06	<u>(4.992)</u>	9,68	<u>(5.996)</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(61.937)</u>			<u>(3.995)</u>		<u>(4.992)</u>		<u>(5.996)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(997)</u>		<u>(2.001)</u>

Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Depreciação das taxas

	Exposição 2022	Risco	Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Credores recuperação judicial	<u>(61.937)</u>	Aumento CDI	6,45	<u>(3.995)</u>	4,84	<u>(2.998)</u>	3,23	<u>(2.001)</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(61.937)</u>			<u>(3.995)</u>		<u>(2.998)</u>		<u>(2.001)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>997</u>		<u>1.994</u>

32 Compromissos de compra

As companhias Aralco S.A. Indústria e Comércio; Figueira Indústria e Comércio S.A.; Destilaria Generalco S.A.; e Alcoazul S.A. – Açúcar e Álcool possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos exercícios de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelas companhias será determinada ao término de cada exercício de colheita, de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA. O volume comprometido pelas companhias com fornecedores é de 1.293.895 toneladas de cana na safra.

33 Credores recuperação judicial

Pedido de recuperação judicial

Em 28 de fevereiro de 2014, considerando a crise de liquidez que o mercado mundial sofreu e a consequente desvalorização do real frente ao dólar, a Controladora Aralco S.A. – Indústria e Comércio e suas controladas (englobando a Figueira Indústria e Comércio S.A.) sofreram um aumento substancial de seus passivos indexados àquela moeda e optaram por ingressar com o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei 11.101/2005, aprovado segundo a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de dezembro de 2014 e deferido judicialmente em 21 de janeiro de 2015.

O Plano de Recuperação tem o objetivo de permitir ao Grupo Aralco superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses dos Credores, estabelecendo a fonte de recursos e uma estrutura de pagamento de seus Créditos;

O Grupo deverá modificar sua Governança Corporativa, passará a ter um Grupo Consultivo composto por: 7 (sete) membros a serem nomeados pelos credores; 4 (quatro) membros pelos credores quirografários; 1 (um) membro pelos credores com garantia real; 1 (um) membro pelo Sindicato; e 1 (um) membro nomeado pelos acionistas;

Dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades: considerando que grande parte das empresas em situação de crise econômico-financeira que ingressam com a recuperação judicial acumulam passivo fiscal, a juíza da 2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba - SP, Sonia Cavalcante Pessoa, considerou adequado o entendimento no sentido da dispensa da apresentação de certidões negativas de débitos fiscais;

“UPI”: Unidade Produtiva Isolada, constituída por planta industrial, unidade econômica ou complexo de bens organizado de titularidade do Grupo Aralco, inclusive imóveis, terrenos, construções, edificações, equipamentos, máquinas e instalações, empregados nas operações industriais, que desenvolve uma atividade empresarial, e que poderá ser alienada sem que o adquirente suceda o Grupo Aralco em quaisquer dívidas, contingências e obrigações, nos termos do artigo 60 da Lei de Falências. As UPIs serão constituídas após a aprovação do plano de recuperação:

- (i) **UPI – Alcoazul:** composta pela totalidade dos ativos industriais correspondentes à planta Alcoazul.
- (ii) **UPI – Aralco:** composta pela totalidade dos bens alienados fiduciariamente ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., na qualidade de Agente de Garantia Local do Sindicato, conforme documentos de garantia ao contrato de pré-pagamento de exportação,

inclusive os imóveis, terrenos, construções, edificações, equipamentos, máquinas e instalações empregados nas operações industriais da planta Aralco.

- (iii) **UPI – Figueira:** composta pela totalidade dos ativos industriais correspondentes à planta Figueira.
- (iv) **UPI – Generalco:** composta pela totalidade dos ativos industriais correspondentes à planta Generalco.

Suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do artigo 60 desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo em que se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do artigo 49 desta Lei;

O Grupo Aralco, no primeiro trimestre de 2015, fez o “*Chapter 15*”, processo auxiliar de falência, perante o juízo de falências do Southern District of New York, de acordo com o *Chapter 15 do Title 11 do United States Code*, com o objetivo de conferir eficácia ao Plano no território dos Estados Unidos; e

As garantias reais e fiduciárias existentes que tenham sido prestadas pelo Grupo Aralco a credores para assegurar o pagamento de qualquer crédito são ratificadas através do Plano de Recuperação e, quando necessário e autorizado pelo Credor titular da garantia, alteradas e renovadas, para continuar garantindo os créditos nos termos, condições e vencimentos previstos no plano.

O Grupo Aralco apresentou seu Plano de Recuperação Judicial inicial na primeira Assembleia de Credores em 19 de novembro de 2014, e, posteriormente, foram realizadas outras assembleias em 26 de novembro e 3 de dezembro, e apresentado ao juízo em 4 de dezembro, cumprindo-se o requisito de publicidade; o Plano teve algumas alterações solicitadas por seus credores e, em 8 de dezembro de 2014, o Plano de Recuperação Judicial final foi aprovado pelos seus credores em Assembleia. Foi homologado pela juíza Sônia Cavalcante Pessoa da Segunda Vara Civil da Comarca de Araçatuba, sob processo número 1001985-03.2014.8.26.0032.

Todos os créditos foram novados pelo Plano de Recuperação e seus respectivos anexos. Mediante a referida novação, e salvo se expresso de forma diversa no Plano, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com este Plano e seus respectivos anexos, deixarão de ser aplicáveis.

A seguir está demonstrada a natureza dos créditos para segregação entre as classes, o saldo dos principais credores de cada classe e as formas de pagamento propostas pelo Grupo Aralco e aprovadas pela Assembleia Geral de Credores.

Credores trabalhistas

Serão pagos no prazo de até 1 (um) ano a partir da homologação judicial do plano, nos termos do artigo 54 da Lei das Falências.

O Grupo Aralco poderá, a seu critério, antecipar total ou parcialmente os pagamentos dos Credores Trabalhistas, respeitando o prazo de 1 (um) ano a que se refere o artigo 54 da Lei das Falências.

Credores - M.E./E.P.P.

Serão pagos na integralidade de seus créditos da seguinte forma: (i) haverá carência de 2 (dois) anos contados da homologação judicial do plano; (ii) haverá incidência de juros equivalentes a CDI; (iii) 60% (sessenta por cento) do principal do crédito será pago em 3 (três) parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo a primeira devida ao final do período de carência e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes; (iv) 40% (quarenta por cento) do principal do crédito será pago em parcela única ao final do prazo de um ano a partir do vencimento da última parcela referida no item (iii) acima; e (v) os juros acumulados no período serão pagos integralmente na mesma data de vencimento da parcela referida no item (iv) acima.

Credores – Fornecedores de cana

Serão pagos na integralidade de seus créditos da seguinte forma: (i) amortização do crédito em 4 (quatro) anos, contados a partir da homologação judicial do plano, em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira devida após um ano da homologação judicial do plano e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes; (ii) incidência de juros equivalentes à TR acrescida de 1% (um por cento) ao ano e (iii) na hipótese de o CDI acrescido de 1% (um por cento) ao ano superar os juros previstos em (ii), a diferença entre as taxas deverá ser capitalizada e paga juntamente com a última parcela.

Credores – Estratégicos Agrícolas

São credores detentores de créditos decorrentes de fornecimento de insumos agrícolas que concederem, em até 90 (noventa) dias da data da homologação judicial do plano, financiamento ao Grupo Aralco por meio de abertura de linha de crédito rotativo, para a compra de insumos agrícolas a preço de mercado, de, no mínimo, o valor total do seu crédito, pelo prazo de pelo menos 4 (quatro) anos.

Serão pagos na integralidade de seus créditos da seguinte forma: (i) amortização do crédito em 4 (quatro) anos, contados a partir da homologação judicial do plano, em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira devida após um ano da homologação judicial do plano e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes; (ii) incidência de juros equivalentes à CDI, acrescida de 1% (um por cento) ao ano.

Credores – Garantia Real

Serão pagos na integralidade de seus créditos da seguinte forma: (i) carência de 4 (quatro) anos para pagamento de principal e juros; (ii) amortização do crédito em 2 (dois) anos, em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas; e (iii) incidência de juros à taxa correspondente à CDI, pagos anualmente a partir da data do ajuizamento da Recuperação Judicial.

Credores – Quirografários

O Credor Quirografário ou Extraconcursal poderá ter a opção dos seus Créditos convertida em um valor correspondente de Bônus de Subscrição emitidos pela Nova Aralco.

Serão divididos em duas tranches e pagos da seguinte forma, com exceção dos *Bondholders*:

Tranche 1. o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do total dos créditos será pago aos credores da seguinte forma: (i) carência de 4 (quatro) anos a partir da homologação judicial do plano para pagamento de principal e juros; (ii) amortização do crédito em 6 (seis) anos, em 12 (doze) parcelas semestrais sucessivas; (iii) incidência de juros, capitalizados semestralmente à taxa correspondente à CDI para créditos em reais e 3% (três por cento) ao ano para créditos em dólar, pagos a partir do fim do período de carência. Os juros serão capitalizados e incorporados ao principal durante o período de carência.

Tranche 2. o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do total dos créditos quirografários serão pagos da seguinte forma; (i) parcela única a ser paga no prazo de 15 (quinze) anos a partir da homologação judicial do plano; e (ii) incidência de juros, capitalizados semestralmente, sobre a tranche 2 à taxa correspondente à CDI para créditos em reais, e 3% (três por cento) ao ano para créditos em dólar, a serem pagos no 15º aniversário da homologação judicial do plano. Os juros serão capitalizados e incorporados ao principal até o pagamento da tranche 2.

Credores – Quirografários – Bondholders

Tranche 1. O valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do total dos créditos será pago por meio da entrega de *Bonds* Tipo 1, com as seguintes características: (i) serão emitidos em dólares norte-americanos; (ii) carência de 4 (quatro) anos para pagamento de principal e juros a contar da data da homologação judicial do plano; (iii) amortização do crédito em 6 (seis) anos, em 12 (doze) parcelas semestrais e sucessivas; (iv) incidência de juros à taxa correspondente a 3% (três por cento) ao ano, pagos semestralmente a partir do fim do período de carência (tais juros serão capitalizados semestralmente e incorporados ao principal durante o período de carência); (v) previsão de pagamento com caixa excedente; (vi) serão garantidas pela Nova Aralco e por todas as sociedades do Grupo Aralco; e (vii) serão constituídas garantias reais e fiduciárias, conforme o disposto neste plano.

Tranche 2. O valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do total dos créditos será pago por meio da entrega de *Bonds* Tipo 2, acompanhados de Bônus de Subscrição, com as seguintes características: (i) parcela única a ser paga no prazo de 15 (quinze) anos a partir da homologação judicial do plano; (ii) incidência de juros à taxa correspondente a 3% (três por cento) ao ano, capitalizados semestralmente, a serem pagos no 15º aniversário da homologação judicial do plano (e que serão capitalizados e incorporados ao principal até o pagamento do saldo da tranche 2); (iii) os *Bonds* tipo 2 apenas poderão ser transferidos conjuntamente com os respectivos Bônus de Subscrição; (iv) serão garantidas pela Nova Aralco e por todas as sociedades do Grupo Aralco; e (v) serão constituídas garantias reais e fiduciárias, conforme o disposto neste plano.

Geração de Caixa Excedente – Cash Sweep. Ao final de cada ano-safra e a partir do ano-safra de 2015/2016, será estabelecido um mecanismo de verificação e pagamento parcial de caixa excedente com o objetivo de acelerar a amortização dos créditos quirografários referentes à Tranche 1, inclusive dos créditos dos *Bondholders*, desde que observadas as seguintes condições cumulativas, atestadas pelo auditor independente: (i) ausência de débitos fiscais, inclusive na hipótese de parcelamento (débitos vencidos não serão considerados vencidos, exceto se a parcela vencida não tiver sido paga); (ii) caixa (ou equivalentes) correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da receita acumulada nos últimos 12 (doze) meses; (iii) caixa excedente em valor superior a zero nos últimos 12 (doze) meses. Para fins desta cláusula, “caixa excedente” significa: EBITDA após (i) variação da necessidade de capital de giro, (ii) pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido; (iii) realização de investimentos até o valor do orçamento aprovado anualmente pelo Conselho de Administração; (iv) pagamento de juros e principal sobre o endividamento; e (v) amortização de débitos fiscais.

Pagamento do Caixa Excedente. Na hipótese de verificação das condições cumulativas previstas no parágrafo acima, o valor equivalente a 1/3 (um terço) do caixa excedente apurado será utilizado na amortização proporcional dos créditos quirografários. Aferido o valor que será pago aos credores quirografários nos termos desta cláusula, o montante remanescente será utilizado exclusivamente para reinvestimentos na atividade empresarial do Novo Grupo Aralco.

Organização Societária

Sem prejuízo da reestruturação societária, o Grupo Aralco poderá realizar novas operações para fins de reestruturação e simplificação de sua estrutura societária, a qual poderá contemplar a incorporação ou outras formas de reorganização societária estabelecidas pela Lei 6.404/76, inclusive envolvendo outras sociedades controladas ou coligadas, desde que tais operações sejam aprovadas pelo Grupo Consultivo.

Os Acionistas constituirão em até 12 (doze) meses da Homologação Judicial do Plano uma sociedade por ações regulada pela Lei 6.404/76, a ser denominada Nova Aralco Participações S.A. A Nova Aralco será a sociedade *holding* do Grupo Aralco e será a detentora direta da integralidade das ações representativas do capital da Aralco e indiretamente de todos os bens e direitos envolvidos no negócio sucro-alcooleiro do Grupo Aralco, respectivamente, observado o disposto no Plano. A conferência pelos Acionistas das ações representativas do capital social da Aralco deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias da constituição da Nova Aralco. A Nova Aralco será devedora solidária das obrigações estabelecidas no Plano.

Na hipótese de os acionistas deixarem de ter o controle acionário da Nova Aralco em razão da conversão de créditos quirografários em ações, extinguir-se-á o grupo consultivo, e suas atribuições caberão à Assembleia Geral de Acionistas da Nova Aralco.

A Nova Aralco será gerida por Conselho de Administração, formado por 3 (três) membros, sendo que a sua remuneração deverá ser não objetada pelo Grupo Consultivo. Os membros do Conselho de Administração serão nomeados da seguinte forma: 1 (um) membro indicado pelos acionistas; 2 (dois) membros indicados pelos acionistas, desde que aceitos pelo Grupo Consultivo.

Obrigações perante os credores quirografários e o sindicato

Os contratos de instrumentos de dívida celebrados entre o Grupo Aralco, ou Nova Aralco, e os credores quirografários, e os contratos de uso e recompra a serem celebrados com a adquirente da UPI – Aralco estão/estarão sujeitos a obrigações assumidas pelo Grupo Aralco ou Nova Aralco, conforme abaixo, e cujo descumprimento implicará em vencimento antecipado dos créditos quirografários, podendo implicar também no vencimento antecipado dos contratos de uso e recompra, a exclusivo critério do adquirente da UPI – Aralco. Estas obrigações serão assumidas pelo Grupo Aralco, ou Nova Aralco, sem prejuízo dos *convenants* a serem estabelecidos nas escrituras de emissão dos *Bonds* tipo 1 e tipo 2 e nos contratos de uso e recompra. As referidas obrigações são as seguintes: (i) obrigação de moer os seguintes valores (em toneladas de cana-de-açúcar): 3.250.000 no ano-safra 2015/2016, 3.600.000 no ano-safra 2016/2017, 4.200.000 no ano-safra 2017/2018, 5.800.000 no ano-safra 2018/2019, e 6.500.000 do ano-safra 2019/2020 em diante; (ii) obrigação de plantar os seguintes valores (em hectares): 10.800 do ano-safra 2015/2016 em diante.

No caso de a planta Aralco ser excutida pelo Sindicato, as obrigações de moer e plantar passam a ser as seguintes: (i) obrigação de moer os seguintes valores (em toneladas de cana-de-açúcar): 3.200.000 no ano-safra 2015/2016, 3.600.000 no ano-safra 2016/2017, 4.200.000 no ano-safra 2017/2018, e 4.600.000 do ano-safra 2018/2019 em diante; e (ii) obrigação de plantar os seguintes valores (em hectares): 7.000 do ano safra 2015/2016 em diante.

Alienação UPI – Aralco

O procedimento para alienação da UPI – Aralco se dará por meio de processo competitivo.

Uso e recompra da UPI – Aralco

O Grupo Aralco ou a Nova Aralco e o adquirente da UPI – Aralco celebrarão contratos de uso e recompra de todos os ativos da UPI adquirida, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

Alternativamente à possibilidade de recompra e/ou o uso dos ativos da UPI – Aralco pelo Grupo Aralco ou Nova Aralco, os contratos de uso e recompra poderão prever que o Grupo Aralco ou a Nova Aralco possa adquirir a totalidade das quotas ou ações da sociedade que vier a deter a UPI – Aralco, caso seja a adquirente uma sociedade de propósito específico;

Como condição precedente à celebração dos contratos de uso e recompra, o Sindicato deverá renunciar expressamente ao direito, decorrente do Bônus de Subscrição, de o saldo quirografário do Sindicato ser utilizado para conversão em participação acionária do Grupo Aralco ou Nova Aralco;

O Grupo Aralco ou a Nova Aralco efetuará o pagamento do preço da recompra ao adquirente da UPI – Aralco da seguinte forma: (a) 1ª Tranche: (i) 40% (quarenta por cento) do valor total do preço pago em (10) dez anos, contados a partir da data de celebração dos contratos de uso e recompra; (ii) carência de 4 (quatro) anos para pagamento de juros e principal, contados a partir da data de celebração dos contratos de uso e recompra; (iii) amortização do principal em parcelas semestrais iguais e sucessivas; (iv) atualização monetária equivalente ao IPCA; e (v) juros equivalentes a partir do fim do período de carência e capitalizados durante o período de carência; e (b) 2ª Tranche: (i) 60% (sessenta por cento) do valor total do preço pago em 15 (quinze) anos; (ii) carência de 10 (dez) anos para pagamento de principal e juros; (iii) amortização do principal em parcelas iguais e sucessivas; (iv) atualização monetária equivalente ao IPCA; e (v) juros equivalentes à diferença observada entre o índice IPCA e o índice CDI, pagos semestralmente a partir do fim do período de carência e capitalizados durante o período de carência; e

Durante a vigência dos contratos de uso e recompra, o Grupo Aralco ou a Nova Aralco reserva-se o direito de estabelecer os limites de moagem de cana-de-açúcar da UPI – Aralco em quantidades conforme as melhores práticas gerenciais.

Algumas obrigações previstas no plano de recuperação judicial não foram cumpridas até a presente data, tais como a apresentação de demonstrações financeiras auditadas sem ressalvas e no prazo de 90 dias após o fechamento do período e a reestruturação societária por meio da constituição da Nova Aralco. Em função disso, um grupo de credores, denominado *Bondholders*, alega que a Aralco está descumprindo o plano e requerendo a convolação da recuperação judicial em falência.

As unidades agrícolas do grupo, Agral S.A. Agrícola Aracanguá (Em recuperação judicial), Agrogel – Agropecuária General Ltda. (Em recuperação judicial) e Agroazul – Agrícola Alcoazul (Em recuperação judicial) foram incorporadas na unidade Figueira Indústria e Comércio S.A. (Em recuperação judicial) em agosto de 2015, conforme determinado em AGE realizada em 20 de julho de 2015 e autorizada pela juíza Sônia Cavalcante Pessoa da Segunda Vara Civil da Comarca de Araçatuba.

A justificativa para a efetivação foi baseada no seguinte: transformação da sociedade em Agroindústria, incorporação das agrícolas para redução da carga tributária, assim como o aproveitamento de créditos tributários das agrícolas.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial realizado pelo Grupo em 28 de fevereiro de 2014, foram reclassificados para rubrica de credores recuperação judicial e classificados de acordo com o plano de recuperação judicial:

Figueira Indústria e Comércio S.A.
- Em recuperação judicial
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2022

Classes de credores	Valor contábil 2022	Valor contábil 2021	Período de amortização											
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2030	
Trabalhistas	2.046	6.311	carência	100%	-	-	Pagamentos conforme acordos entre as partes, desde 2019 até 2026							-
Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte	4.060	5.400	carência	carência	20%	20%	20%	10%	10%	10%	10%	10%	-	
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.756	1.302	carência	25%	25%	25%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	-	
Quirografários	56.120	31.983	carência	carência	carência	carência	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	60%	
Intervenientes e garantes	57.102	76.881												
Valores não habilitados (*)	12.747	12.747												
	133.831	134.624												
Passivo circulante	10.784	10.025												
Passivo não circulante	123.047	124.599												

Movimentação de Recuperação Judicial

Classes de credores	Valor contábil 2021	Adições				Baixas			Valor contábil 2022
		Principal	Juros	Transferência de classe	Variação Cambial	Principal	Juros	Transferência de classe	
Trabalhistas	6.311	389	154	-	-	(4.703)	-	(105)	2.046
Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte	5.400	-	142	-	-	(1.482)	-	-	4.060
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.302	-	738	-	-	(267)	(17)	-	1.756
Quirografários	31.983	19	14.379	17.608	(3.310)	(3.687)	(872)	-	56.120
Intervenientes e garantes	76.881	244	22	105	(2472)	(70)	-	(17.608)	57.102
Valores não habilitados (*)	12.747	-	-	-	-	-	-	-	12.747
	134.624	652	15.435	17.713	(5.782)	(10.209)	(889)	(17.713)	133.831
Passivo circulante	10.025								10.784
Passivo não circulante	124.599								123.047

(*) Os valores não habilitados referem-se a saldos de créditos contabilizados e que não foram objeto de habilitação junto ao plano de recuperação judicial. Tais valores ficaram pendentes na contabilidade aguardando mediação junto aos credores.

O Grupo Aralco, diante das condições de desembolso financeiro baseado no Plano de Recuperação Judicial e visando eliminar a exigência de captação específica do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiro por ele indicado, assumindo controle na gestão financeira para cumprimento do Plano, instaurou Assembleia Geral dos Credores, na qual foi apresentada sugestão do Novo Plano de Recuperação Judicial para soerguer novamente a empresa, sendo a intenção do Novo Plano permitir o pagamento dos credores de maneira mais ágil.

Em continuidade, o Grupo vinha tentando homologar seu Novo Plano e, em 4 de junho de 2019, foi finalmente levado à votação e devidamente aprovado pelos credores o Novo Plano de Recuperação, com os seguintes percentuais das classes:

- Trabalhista: 91,75% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito;
- Garantia Real: 100,00% (% de participantes/cabeça) e 100,00% (% de crédito);
- Quirografário: 91,85% (% de participantes/cabeça) e 84,66% (% de crédito); e
- ME-EPP: 97,94% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito.

Importante salientar que, no Novo Plano de Recuperação Judicial, não há mais a necessidade de captação dos recursos do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiro por ele indicado, e a Companhia assumiu que honraria os compromissos assumidos com todos os Credores. Ainda, poderá contratar financiamentos ou injeções de recursos em outras modalidades com quaisquer pessoas ou entidades, Credores ou não, bem como poderá oferecer em garantia de tais financiamentos quaisquer bens de sua propriedade. Ainda em Assembleia, foi aprovado que, mediante o pagamento total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pelos Intervenientes Garantes, aos Credores Quirografários, Credores Quirografários Colaboradores I e Credores com Garantia Real, os saldos remanescentes dos Créditos auferidos após os pagamentos realizados na forma do Novo Plano serão cedidos aos Intervenientes Garantes, que converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem do Grupo.

Ato contínuo, em 11 de julho de 2019, foi homologado o Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo, o qual, no entanto, teve seus efeitos suspensos por liminar e, finalmente, em 19 de agosto de 2020, foram proferidos os Acórdãos por meio dos quais o TJSP negou provimento aos agravos de instrumento interpostos pelos bancos Bradesco, Pine e BIC, mantendo-se a homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo. Assim, o Grupo já iniciou o pagamento dos credores que não haviam realizado as tratativas individuais, nos moldes do Novo Plano aprovado e agora homologado. Assim, todos os credores já estão recebendo seus créditos homologados no quadro geral de credores.

Plano anterior	Plano atual
Créditos Trabalhistas Os Credores Trabalhistas serão pagos no prazo de até 1 (um) ano a partir da Homologação Judicial do Plano, nos termos do artigo 54 da Lei de Falências.	Créditos Trabalhistas Os saldos dos Créditos Trabalhistas serão pagos aos Credores Trabalhistas no prazo de até 1 (um) ano contado da Homologação da habilitação do Crédito Trabalhista, respeitados eventuais acordos firmados no âmbito da justiça do trabalho em sede de mediação, nos termos do Provimento GP-CR 002/2019, de 6 de março de 2019, que dispõe

	sobre o Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
<p>Créditos ME/EPP</p> <p>Os Credores ME/EPP serão pagos, na integralidade, da seguinte forma: (i) haverá carência de 2 (dois) anos contados da Homologação Judicial do Plano; (ii) haverá incidência de juros equivalentes a CDI; (iii) 60% (sessenta por cento) do principal do Crédito ME/EPP será pago em 3 (três) parcelas anuais, iguais e sucessivas, sendo a primeira devida ao final do período de carência e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes; (iv) 40% (quarenta por cento) do principal do Crédito ME/EPP será pago em parcela única ao final do prazo de 1 (um) ano a partir do vencimento da última parcela referida no item (iii) acima; e (v) os juros acumulados no período serão pagos integralmente na mesma data de vencimento da parcela referida no item (iv) acima.</p>	<p>Créditos ME/EPP</p> <p>Os Credores ME/EPP receberão a integralidade do saldo de seus Créditos ME/EPP em 30 (trinta) parcelas mensais e iguais, todas com vencimento no 15º (décimo quinto) Dia Útil dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, pelo período de 5 (cinco) anos, sendo a primeira parcela devida no 15º (décimo quinto) Dia Útil do mês de maio que ocorrer após o decurso do prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da Homologação deste Plano. Sobre os Créditos ME/EPP haverá incidência de juros equivalentes à TR + 3% (três por cento), que serão pagos em 6 (seis) parcelas mensais e iguais, devidas todo o 15º (décimo quinto) Dia Útil dos meses de maio a outubro do ano de 2024.</p>
<p>Créditos Cana-de-Açúcar</p> <p>Os Credores Cana-de-Açúcar serão pagos, na integralidade de seus Créditos, da seguinte forma: (i) amortização de Crédito em 4 (quatro) anos, contados a partir da Homologação Judicial do Plano, em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira devida após um ano da homologação Judicial do Plano e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes; (ii) incidência de juros equivalentes à TR acrescida de 1% (um por cento) ao ano; (iii) na hipótese de o CDI acrescido de 1% (um por cento) ao ano superar os juros previstos em (ii), a diferença entre as taxas deverá ser capitalizada e paga conjuntamente com a última parcela.</p>	<p>Créditos Cana-de-Açúcar</p> <p>Para o pagamento dos Credores Cana-de-Açúcar, os Créditos Cana-de-Açúcar serão convertidos em ATR – Açúcar Total Recuperável, Consecana São Paulo, de 31 de março de 2014 (fechamento de safra 2013/2014), cujo índice divulgado é de 0,4572 (“Crédito Convertido”). Do Crédito Convertido deverão ser abatidos os pagamentos já realizados no curso da Recuperação Judicial, da seguinte forma: (i) Os valores pagos aos Credores Cana-de-Açúcar no dia 20 de janeiro de 2016 convertidos em ATR – Açúcar Total Recuperável, Consecana São Paulo, de 31 de março de 2016 (fechamento de safra 2015/2016), cujo índice divulgado é de 0,5552, e deverão ser abatidos do Crédito Convertido; (ii) Os valores pagos aos Credores Cana-de-Açúcar nos dias 20 de abril, julho e outubro de 2016, bem como no dia 20 de janeiro de 2017, convertidos em ATR – Açúcar Total Recuperável, Consecana São</p>

	<p>Paulo, de 31 de março de 2017 (fechamento de safra 2016/2017), cujo índice divulgado é de 0,6839, e deverão ser abatidos do Crédito Convertido; e (iii) Os valores pagos nos dias 20 de abril e julho de 2017 convertidos em ATR – Açúcar Total Recuperável, Consecana São Paulo, de 31 de março de 2018 (fechamento de safra 2017/2018), índice a ser divulgado pelo Consecana no último dia útil do mês de março de 2018, e deverão ser abatidos do Crédito Convertido.</p> <p>O saldo do Crédito Convertido, após os abatimentos referidos na cláusula 8.1, será pago da seguinte forma: (i) 70% (setenta por cento) do saldo do Crédito Convertido será pago em 6 (seis) anos, nos meses de maio a outubro de cada ano, sendo a primeira parcela devida no 15º (décimo quinto) Dia Útil do mês de maio que ocorrer após o decurso do prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da Homologação do Plano em parcelas que deverão considerar o índice ATR – Açúcar Total Recuperável do respectivo mês, divulgado pelo Consecana; (ii) 30% (trinta por cento) do saldo do Crédito Convertido será pago em 6 (seis) anos, no dia 15 (quinze) de abril de cada ano, com início no ano posterior ao do término dos pagamentos previstos no item “(i)” acima, após o fechamento de cada Ano-Safra, quando da divulgação do índice ATR – Açúcar Total Recuperável pelo Consecana, compensando-se os valores pagos de maio a outubro do ano anterior, conforme item (i) acima.</p>
<p>Créditos Estratégicos Agrícolas</p> <p>Os credores Fornecedores Estratégicos Agrícolas serão pagos, na integralidade de seus Créditos, da seguinte forma: (i) amortização do Crédito em 4 (quatro) anos, contados a partir da Homologação Judicial do Plano, em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira devida 1 (um) ano após a Homologação Judicial do Plano e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes; (ii) incidência de juros equivalentes a CDI, acrescida de 1% (um por cento) ao ano.</p>	<p>Não aplicável</p>

Créditos com Garantia Real	Créditos com Garantia Real
<p>Os Credores com Garantia Real serão pagos, na integralidade de seus Créditos, da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Carência de 4 (quatro) anos para pagamento de principal e juros;(ii) Sucessivas; e(iii) Incidência de juros à taxa correspondente a CDI, pagos anualmente a partir da data do ajuizamento da amortização do Crédito em 2 (dois) anos, em 2 (duas) parcelas anuais e Recuperação Judicial.	<p>Os Credores com Garantia Real deverão optar, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis a contar da Homologação deste Plano, mediante petição nos autos da Recuperação Judicial, pelo recebimento de seus Créditos com Garantia Real conforme Opção A, Opção B ou Opção C, descritas abaixo, observada, ainda, a possibilidade prevista na Cláusula 5.7 e ressalvados os Acordos Bilaterais.</p> <p>Pagamento Opção A. Os Credores com Garantia Real que optarem pelo recebimento de seus Créditos com Garantia Real conforme Opção A receberão 13% (treze por cento) do Saldo Garantia Real, em 8 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira devida até o último Dia Útil do mês imediatamente seguinte ao da Homologação deste Plano e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes, sem juros.</p> <p>Pagamento Opção B. Os Credores com Garantia Real que optarem pelo recebimento de seus Créditos com Garantia Real conforme Opção B receberão 24% (vinte e quatro por cento) de seus Créditos com Garantia Real em 8 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira devida até o dia 20 do mês imediatamente seguinte ao da Homologação deste Plano e as demais no dia 20 dos meses subsequentes; se referida data não corresponder a um Dia Útil, o pagamento será realizado no Dia Útil subsequente.</p> <p>Pagamento Opção C. Os Credores com Garantia Real que optarem pelo recebimento de seus Créditos com Garantia Real conforme Opção C serão pagos da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Deságio: 60% (sessenta por cento) do valor do Crédito.(ii) Carência de Principal e Juros: período de carência até 30 de abril de 2026.(iii) Remuneração: haverá remuneração pela TR + 3% (três por cento) ao ano, contados da Data do Pedido.(iv) Pagamento de Principal e Juros: 90 (noventa) parcelas mensais e iguais, todas com vencimento no 15º (décimo quinto)

	<p>Dia Útil dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, pelo período de 15 (quinze) anos, sendo que a primeira parcela será devida no 15º (décimo quinto) Dia Útil do mês de maio de 2026. Sobre os Créditos com Garantia Real haverá incidência de juros equivalentes à TR + 3% (três por cento) ao ano, que serão pagos em 18 (dezoito) parcelas mensais e iguais, devidas em todo o 15º (décimo quinto) Dia Útil dos meses de maio a outubro com início no ano de 2041 e término no ano de 2043.</p> <p>Opção Residual. Na hipótese de os Credores com Garantia Real não escolherem a respectiva opção de pagamento no prazo da cláusula 9.1 do PRJ, seus Créditos com Garantia Real serão pagos conforme Opção B prevista na cláusula 9.1.2 do PRJ, ressalvado se de forma diversa previsto em eventual Acordo Bilateral. Realizados os pagamentos previstos nesta cláusula 9.1 do PRJ, o montante equivalente ao saldo remanescente de cada Crédito com Garantia Real será cedido aos Intervenientes Garantes, nos termos da Cláusula 3, observado o disposto na cláusula 3.1.2. do PRJ.</p>
<p>Créditos Quirografários</p> <p>O Credor Quirografário ou Extraconcursal poderá ter a opção dos seus Créditos convertida em um valor correspondente de Bônus de Subscrição emitido pela Nova Aralco. Serão divididos em duas tranches e pagos da seguinte forma, com exceção dos Bondholders:</p> <p>Tranche 1. o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do total dos créditos será pago aos credores da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) carência de 4 (quatro) anos a partir da homologação judicial do plano para pagamento de principal e juros; (ii) amortização do crédito em 6 (seis) anos, em 12 (doze) 	<p>Créditos Quirografários</p> <p>Pagamento dos Credores Quirografários. Os Credores Quirografários deverão optar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da Homologação deste Plano, mediante petição nos autos da Recuperação Judicial, pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção A ou Opção B, descritas abaixo, observada, ainda, a possibilidade prevista na Cláusula 5.7 e ressalvados os Acordos Bilaterais.</p> <p>Pagamento Opção A. Os Credores Quirografários que optarem pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção A receberão o montante equivalente a 6,6% (seis vírgula seis por cento) do valor dos seus Créditos Quirografários em 25 (vinte e cinco) parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida até o dia 20 do mês imediatamente seguinte ao</p>

<p>parcelas semestrais sucessivas; e</p> <p>(iii) incidência de juros, capitalizados semestralmente, a uma taxa correspondente a CDI para créditos em reais, e 3% (três por cento) ao ano para créditos em dólar, pagos a partir do fim do período de carência. Os juros serão capitalizados e incorporados ao principal durante o período de carência.</p> <p>Tranche 2. o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do total dos créditos quirografários será pago da seguinte forma:</p> <p>(i) parcela única a ser paga no prazo de 15 (quinze) anos a partir da homologação judicial do plano; e</p> <p>(ii) incidência de juros, capitalizados semestralmente, sobre a tranche 2 à taxa correspondente a CDI para créditos em reais, e 3% (três por cento) ao ano para créditos em dólar, a serem pagos no 15º aniversário da homologação judicial do plano. Os juros serão capitalizados e incorporados ao principal até o pagamento da tranche 2.</p> <p>Credores – Quirografários – Bondholders</p> <p>Tranche 1. o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do total dos créditos</p>	<p>do término de período de carência de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Homologação deste Plano e as demais no dia 20 dos meses subsequentes; se referida data não corresponder a um Dia Útil, o pagamento será realizado no Dia Útil subsequente.</p> <p>O pagamento dos Credores Quirografários que optarem pela Opção A será garantido pelos bens de propriedade dos Intervenientes Garantes relacionados no Anexo 1.7.28 (fls. 64238/64239), respeitada a prioridade na execução de penhoras atualmente vigentes, ainda que suspensas em razão de Acordos Bilaterais realizados.</p> <p>Pagamento Opção B. Os Credores Quirografários que optarem pelo recebimento de seus Créditos Quirografários conforme Opção B serão pagos da seguinte forma:</p> <p>(i) Deságio: 60% (sessenta por cento) do valor do Crédito.</p> <p>(ii) Carência de Principal e Juros: período de carência até 30 de abril de 2026.</p> <p>(iii) Remuneração: haverá remuneração pela TR + 3% (três por cento) ao ano, contados da Data do Pedido.</p> <p>(iv) Pagamento de Principal e Juros: Principal: 90 (noventa) parcelas mensais e iguais, todas com vencimento no 15º (décimo quinto) Dia Útil dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, pelo período de 15 (quinze) anos, sendo que a primeira parcela será devida no 15º (décimo quinto) Dia Útil do mês de maio de 2026. Sobre os Créditos Quirografários haverá incidência de juros equivalentes à TR + 3% (três por cento) ao ano, que serão pagos em 18 (dezoito) parcelas mensais e iguais, devidas em todo o 15º (décimo quinto) Dia Útil dos meses de maio a outubro com início no ano de 2041 e término no ano de 2043.</p> <p>Opção Residual. Na hipótese de, por qualquer razão, os Credores Quirografários não escolherem a respectiva opção de pagamento no prazo da cláusula 10.1 acima, seus Créditos Quirografários serão pagos conforme Opção A prevista na cláusula 10.1.1. Realizados os pagamentos previstos</p>
---	---

<p>será pago por meio da entrega de <i>Bonds</i> Tipo 1, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) serão emitidos em dólares norte-americanos;(ii) carência de 4 (quatro) anos para pagamento de principal e juros a contar da data da homologação judicial do plano;(iii) amortização do crédito em 6 (seis) anos, em 12 (doze) parcelas semestrais e sucessivas;(iv) incidência de juros à taxa correspondente a 3% (três por cento) ao ano, pagos semestralmente a partir do fim do período de carência (tais juros serão capitalizados semestralmente e incorporados ao principal durante o período de carência);(v) previsão de pagamento com caixa excedente;(vi) serão garantidas pela Nova Aralco e por todas as sociedades do Grupo Aralco; e(vii) serão constituídas garantias reais e fiduciárias conforme o disposto neste plano. <p>Tranche 2. o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do total dos créditos será pago por meio da entrega de <i>Bonds</i> Tipo 2, acompanhados de Bônus de subscrição, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) parcela única a ser paga no prazo de 15 (quinze) anos a partir da homologação judicial do plano;(ii) incidência de juros à taxa correspondente a 3% (três	<p>acima, o montante equivalente ao saldo remanescente de cada Crédito Quirografário será cedido aos Intervenientes Garantes, nos termos da Cláusula 3, observado o disposto na cláusula 3.1.2 e ressalvados o quanto disposto nos Acordos Bilaterais.</p> <p>Quitação. Os pagamentos realizados na forma estabelecida nesta Cláusula 10 acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretratável dos Créditos Quirografários, com a consequente liberação das garantias fidejussórias constituídas em favor do credor, somente a partir de então, ressalvado o quanto disposto nos Acordos Bilaterais.</p> <p>PAGAMENTO CREDORES COLABORADORES</p> <p>Pagamento dos Credores Quirografários Colaboradores I. Os Credores Quirografários Colaboradores I receberão 39,4% (trinta e nove vírgula quatro por cento) do valor dos seus Créditos Quirografários em 2 (duas) parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira devida até o último Dia Útil do mês imediatamente seguinte ao do término do período de carência de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Homologação deste Plano e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes, ressalvado o quanto dispostos nos Acordos Bilaterais. Realizado o pagamento acima, os saldos dos Créditos Quirografários dos Credores Quirografários Colaboradores I serão cedidos ao Intervenientes Garantes, na forma da cláusula 3.</p> <p>Quitação. Os pagamentos realizados na forma estabelecida nesta Cláusula 11.1 acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretratável dos Créditos Quirografários detidos pelos Credores Quirografários Colaboradores I.</p> <p>Pagamento dos Credores Quirografários Colaboradores II. Os Credores Quirografários Colaboradores II receberão 100% (cem por cento) do valor dos seus Créditos Quirografários da seguinte forma:</p>
--	---

<p>por cento) ao ano, capitalizados semestralmente, a serem pagos no 15º aniversário da homologação judicial do plano (e que serão capitalizados e incorporados ao principal até o pagamento do saldo da tranche 2);</p> <p>(iii) os Bonds tipo 2 apenas poderão ser transferidos conjuntamente com os respectivos Bônus de Subscrição;</p> <p>(iv) serão garantidas pela Nova Aralco e por todas as sociedades do Grupo Aralco; e</p> <p>(v) serão constituídas garantias reais e fiduciárias conforme o disposto neste plano.</p>	<p>pagamento dos saldos dos Créditos Quirografários dos Credores Quirografários Colaboradores II em 6 (seis) parcelas anuais, todas com vencimento no mês de agosto de cada ano, vencendo-se a primeira no mês de agosto seguinte ao da Homologação deste Plano. As cinco primeiras parcelas de pagamento serão iguais, sendo certo que o valor da sexta parcela de pagamento corresponderá a pelo menos 40% (quarenta por cento) do saldo dos Créditos.</p> <p>Os Créditos detidos pelos Credores Quirografários Colaboradores II que tiverem sido alterados por decisão judicial, ou reconhecidos em valor diverso por acordos realizados em outros feitos e devidamente homologados em juízo, prevalecerão sobre os relacionados na Lista de Credores.</p> <p>Remuneração e Juros sobre os Créditos dos Credores Quirografários Colaboradores II: Sobre os Créditos dos Credores Quirografários Colaboradores II incidirão juros, capitalizados a partir de 18 de julho de 2017, calculados de acordo com a taxa LIBOR e acrescidos de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) ao ano, de forma <i>pro rata die</i>, a serem pagos juntamente com o principal, no vencimento de cada parcela, conforme Cláusula 11.2 acima.</p> <p>O pagamento das parcelas aos Credores Quirografários Colaboradores II será realizado, exclusivamente, com créditos decorrentes da exportação de mercadorias pelas Recuperandas e o pagamento por parte dos importadores dos recebíveis de exportação dali decorrentes diretamente à conta bancária dos Credores Quirografários Colaboradores II.</p> <p>Quitação. Os pagamentos realizados na forma estabelecida nesta Cláusula 11.2 acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretroatável dos Créditos Quirografários detidos pelos Credores Quirografários Colaboradores II.</p> <p>Pagamento dos Credores Quirografários Colaboradores III. Os Credores Quirografários Colaboradores III receberão 100% (cem por cento) do valor dos seus</p>
---	--

	<p>Créditos Quirografários da seguinte forma: 60 (sessenta) parcelas mensais e iguais, todas com vencimento no 15º (décimo quinto) Dia Útil dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro de cada ano, sendo a primeira parcela devida no 15º (décimo quinto) Dia Útil do mês de maio que ocorrer após o decurso do prazo de carência de até 180 (cento e oitenta) dias da Homologação deste Plano.</p> <p>Quitação. Os pagamentos realizados na forma estabelecida nesta Cláusula 11.3 acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretroatável dos Créditos Quirografários detidos pelos Credores Quirografários Colaboradores III.</p>
--	---

34 Demonstração do fluxo de caixa

a. Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

b. Fornecedores

Durante o exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia adquiriu R\$ 85.144 (R\$ 101.033 em 31 de março de 2022) de ativos imobilizados, dos quais R\$ 1.087 são itens não caixa.

35 Eventos subsequentes

a) Parcelamento – Transação excepcional

Em novembro de 2022, foi obtido o deferimento do parcelamento QuitaPGFN, conforme previsto na Portaria PGFN nº 8.798/2022. Migrando o saldo devedor referente ao parcelamento da Transação Excepcional (Portaria PGFN nº 14.402/2020) para esta nova modalidade, os benefícios concedidos com esta adesão ao QuitaPGFN totalizaram um saldo devedor de R\$ 133.372. Deste montante, 30% correspondem aos quais serão liquidados em 12 vezes iniciados no mês 11/2022 e finalizados em 10/2023, e o saldo remanescente de R\$ 104.857 fora liquidado com prejuízo fiscal (PF) e base de cálculo negativa (BCN).

b) Pedido de encerramento da Recuperação Judicial

Considerando a comprovação de cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado e continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023, o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial. O pedido de encerramento foi deliberado, obteve parecer favorável do Ministério Público e atualmente aguardando deferimento do juiz.